



EDSON VIDIGAL

Justiça Eleitoral é modelo ”

Presidente do Superior Tribunal de Justiça elogia o TSE e diz que a morosidade é a causa dos males que levam o Judiciário ao descrédito

Florência Costa e Ramiro Alves



Bom papo, língua solta, destemido diante de polêmicas, Edson Vidigal assumiu a presidência do Superior Tribunal de Justiça seis meses antes da eleição municipal, que serviu como palco para um show de eficiência do Tribunal Superior Eleitoral. Vidigal persegue a mesma meta para o restante do Judiciário: acabar com a chaga da morosidade. Em sua posse, em 5 de abril, martelou a palavra paz 27 vezes. “Paz sem voz não é paz, é medo”, repetiu as palavras da banda O Rappa. Referia-se à guerra verbal entre o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, e o presidente Lula. Hoje, Vidigal faz uma parceria harmônica com o sucessor de Corrêa, o ministro Nelson Jobim. E os dois estão afinados com Lula. No final de seu discurso, fez um apelo que hoje cai como uma luva aos protagonistas da batalha pós-eleitoral: “Peço aos frustrados, aos invejosos, aos mal-amados de todo o País, aos corvos de todos os matizes, que me deixem laborar em paz. Não há quem não precise de paz para trabalhar.”

ISTOÉ – Os brasileiros acabam de eleger 5.562 prefeitos num processo eleitoral bastante eficiente. A Justiça Eleitoral demonstrou uma rapidez que em outras esferas do Judiciário não encontramos, não?

Edson Vidigal –

O processo eleitoral no Brasil se divide em antes e depois da urna eletrônica. Aquilo que para o Judiciário em geral pessoa que queira concorrer a cargos públicos. Isso tem que ser feito urgentemente. Assim, impediríamos que sentenciados por crimes fossem eleitos, ganhando foro privilegiado na Justiça e imunidade em muitos casos. Não podemos aceitar que alguém que não tenha padrões éticos e morais nos represente. A palavra candidato vem de cândido. Na Roma antiga as pessoas que disputavam as eleições eram obrigadas a desfilar vestindo uma túnica branca para mostrar para os eleitores que elas eram limpas. Quem não fosse limpo era apedrejado pela população. É importante nós não perdermos isso de vista. Os partidos têm que se concentrar nos cêndidos tanto quanto possível.

ISTOÉ – Causou muita polêmica, inclusive nos meios jurídicos, a atitude do presidente Lula, que veio a São Paulo no primeiro turno fazer campanha para a prefeita Marta Suplicy na inauguração de uma obra. O presidente acabou sendo multado. Como o sr. viu esse episódio?

Edson Vidigal –

Vejo isso tudo como uma grande hipocrisia. Essa é minha opinião pessoal, de cidadão. Como é que alguém se elege por um partido e depois que toma posse não pode fazer campanha para seu partido? Se o presidente pode concorrer à reeleição no cargo, fazer campanha para si mesmo, por que ele não pode fazer para um candidato de seu próprio partido? Quando digo ele, estou falando de qualquer governante. São coisas que nós brasileiros inventamos, mas que só pode valer para os outros. Para nós mesmos encontramos sempre uma maneira de escamotear.

ISTOÉ – Qual é o maior desafio do Judiciário no Brasil?

Edson Vidigal –

É justamente a morosidade. É a causa de todos os males que levam o Judiciário ao descrédito. É uma doença que sempre existirá, mas é importante que não continue infestando o Brasil com tanta força a ponto de gerar desespero nas pessoas e comprometer a democracia.

ISTOÉ – Outra chaga do Judiciário é sua distância do cidadão, muitas vezes imposta pelos próprios juízes.

Edson Vidigal –

O Judiciário tem de ir ao encontro do povo. Estamos instalando até o fim do ano que vem 183 novas varas da Justiça Federal, interiorizando juizados especiais. Já estamos iniciando a discussão no Congresso sobre a criação das varas específicas para tratar dos conflitos referentes à reforma agrária. Vai ajudar a buscar a paz no campo, reduzindo os procedimentos na Justiça. Só vai tratar das terras que estejam dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária elaborado pelo governo.

ISTOÉ – A morosidade do Judiciário e os casos de corrupção no Brasil são divulgados lá fora e assustam os investidores externos...

Edson Vidigal –

O objetivo final dessa Justiça Agrária, além de buscar a paz no campo, é justamente dizer ao mundo que no Brasil se respeita a propriedade privada. Que o governo e a nossa ordem constitucional estão se adequando com instrumentos capazes de responder a esses desafios. Hoje se fala que o Brasil não respeita contratos e a propriedade privada. É dever do Judiciário dar a sua contribuição e buscar também soluções. Não podemos permitir que direitos como a validade dos contratos e a propriedade privada sejam atropelados, prejudicando a vinda dos investidores para o Brasil, que acabam indo para a Ásia. Precisamos garantir condições para que os investidores externos possam ter aqui o que o capitalismo sadio persegue: o lucro.

ISTOÉ – Em vários países vemos que seus respectivos poderes judiciários têm trabalhado de forma cada vez mais integrada. O Judiciário brasileiro está se adequando à globalização?

Edson Vidigal –

O Brasil integra a comunidade ibero-americana dos presidentes de cortes e de conselhos judiciais, mas antes não comparecia às reuniões dessa comunidade, de 22 países. Nós passamos a participar. E a partir daí surgiu a idéia de formarmos um bloco no continente sul-americano que batizamos de G-10. Vamos fazer um encontro de todos os países do continente (com exceção das Guianas e do Suriname) neste mês em Brasília. Cada país está fazendo a sua reforma do Judiciário e vamos trocar idéias. Na Bolívia, por exemplo, já se criou a Justiça Agrária.

ISTOÉ – Essa união poderá ajudar também no combate ao crime organizado?

Edson Vidigal –

O Judiciário do Paraguai já está afinado conosco no combate à lavagem de dinheiro, por exemplo. Precisamos acertar uma agenda comum que mais na frente vai nos levar a um grande acordo transnacional para podermos enfrentar o crime organizado no nosso continente. E podemos testar experiências utilizadas pela Espanha, onde uma testemunha fora do país pode ser interrogada via rede. Não podemos ficar com as portas e janelas fechadas para o que está acontecendo no resto do mundo. No Brasil ainda há quem se oponha ao interrogatório online entre o juiz e o preso recluso na penitenciária na mesma cidade. O Brasil não pode se contentar em ser um país albanizado, do ponto de vista do Judiciário.

ISTOÉ – A reforma, que está no Senado, vai ser o remédio que o Judiciário precisa para melhorar seu desempenho?

Edson Vidigal –

Como ela está é uma bem-intencionada tentativa que infelizmente se resume a um esparadrapo sobre uma enorme ferida. Não vai curar, pode estancar alguns sangramentos. O debate que se arrastou por mais de dez anos na Câmara chegou ao Senado com mais de 200 emendas! Isso equivaleria a acrescentar à Constituição uma lista telefônica! O debate consumiu muito tempo porque cada corporação do Judiciário tentou trabalhar a sua vírgula. Todos nós nos esquecemos que a reforma do Judiciário tem que ser feita para a sociedade, e não para os magistrados, para o Ministério Público, para os advogados...

ISTOÉ – Qual o remédio para fazer a Justiça ser mais ágil?

Edson Vidigal –

Um dos remédios seria a aprovação da súmula vinculante (mecanismo pelo qual as determinações das instâncias superiores da Justiça são acatadas pelas inferiores). A súmula vinculante é uma soma dos precedentes sobre os mesmos casos. Se esse mecanismo fosse aprovado, só no STJ iríamos desafogar o nosso estoque de processos atual em pelo menos metade porque eles são repetitivos. O STJ julga algo em torno de 250 mil processos por ano.

ISTOÉ – E a informatização?

Edson Vidigal –

Muitos fóruns, inclusive em São Paulo, funcionam com máquina de escrever a fita. Mas ao mesmo tempo outros setores já estão com alto nível de informatização. Estamos no começo de uma revolução digital no Judiciário. Aprovamos a certificação digital no Conselho de Justiça Federal, presidido pelo STJ. Com isso, todas as partes envolvidas no processo poderão ter o documento via rede, como acontece com as contas dos bancos. E isso com a garantia de que o documento é autêntico. Para entrar em vigor estamos dependendo de um projeto de lei já aprovado na Câmara e que agora está no Senado. A outra questão que vamos tratar em seguida é a assinatura digital, imune a falsificações, que vai poupar tempo dos juizes que gastam horas assinando papéis repetitivos.

ISTOÉ – O sr. é a favor do controle externo do Judiciário através da criação do Conselho Nacional de Justiça?

Edson Vidigal –

Sim, mas acho que o controle externo será feito por outro ponto da reforma que são as ouvidorias nacional e estaduais, que serão independentes e encaminharão denúncias ao Conselho Nacional de Justiça. A criação do conselho, com poderes de supervisão administrativa e orçamentária sobre todo o Judiciário do País, é positiva. Não se debateu o objetivo verdadeiro do conselho, que é dar ao Judiciário aquilo que ele nunca teve e que os outros poderes têm: a governança. O Executivo tem um governo chefiado pelo presidente da República. O Legislativo tem um governo chefiado pela mesa do Congresso Nacional. O Judiciário não tem governo porque cada tribunal é uma ilha. O Judiciário é um arquipélago. E em cada uma dessas ilhas existem ainda donatários, alguns reis, algumas rainhas. Há uma confusão entre público e privado, república e monarquia. É preciso dar uma unicidade fazendo valer a República sobre todas essas ilhas. Como tenho dito, o Judiciário não é o único que não pode ficar como na canção do Chico Buarque: o que não tem governo e nunca terá.

ISTOÉ – Na prática, que poder terá o Conselho Nacional de Justiça?

Edson Vidigal –

Dou vários exemplos: ele pode resolver que um determinado programa de modernização administrativa experimentado por um tribunal será adotado por todos. Pode estabelecer que determinada despesa é dispensável e todos terão que seguir essa ordem. Se chegar ao conhecimento do conselho um desvio de função de um juiz ou servidor, o conselho examinará, assegurará o direito de defesa das partes envolvidas. Se for uma questão administrativa, instaura-se um procedimento administrativo. Se se configurar crime, então se encaminha para o Ministério Público. Esse poder de correição será exercido por um ministro do STJ e será presidido por um ministro do STF. O conselho será composto por todos os segmentos do Judiciário, do Ministério Público, da advocacia, além de ter dois cidadãos: um eleito pela Câmara e outro pelo Senado.

ISTOÉ – Parte do Judiciário critica ter gente de fora.

Edson Vidigal –

De fato, houve enorme oposição ao fato de colocar pessoas estranhas ao Judiciário no Conselho. Mas na prática nós já estamos fazendo isso no nosso Conselho da Justiça Federal, presidido pelo STJ. Desde que eu assumi, as reuniões são abertas ao público, são mensais e itinerantes, o que dá mais visibilidade e transparência. Discutimos lá questões administrativas e até orçamentárias de toda a Justiça federal do Brasil. É um ensaio para provar que isso não tem nada de mais. Se trabalharmos sob os refletores, com transparência, vamos passar a ter respeito e não seremos mais alvo de desconfiança. E respeito é do que mais precisa hoje o Judiciário. A única arma que o juiz tem é a moral. A caneta do juiz tem a força de uma espada, de uma chave de cadeia.

ISTOÉ – Acabou a guerra entre Judiciário e Executivo?

Edson Vidigal –

Há uma harmonia total hoje. Eu assumi a presidência do STJ com o discurso de paz. Disse que não valeria ficar falando só em independência dos poderes, esquecendo que precisa haver também harmonia, que é o princípio da convivência. Com isso, abrimos as portas do entendimento. Em seguida vem o ministro Nelson Jobim, substituindo o ministro Maurício Corrêa na presidência do STF. Eu e o Jobim tivemos vários encontros antes de sua posse. Montamos uma agenda de idéias comuns que eu chamo de afinação de rabecas. Combinamos que nós não iríamos nos agredir em público e resolveríamos as nossas divergências a portas fechadas.